



Comitê de Representantes

Aprovada na 796ª sessão

ALADI/CR/Ata 794
28 de fevereiro de 2002
Hora: 11h45m às 12h35m

ATA DA 794ª. SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA E SOLENE, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Doctor Luis Angel González Macchi.

Preside:

RODRIGO ARCAYA SMITH

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Gustavo Vivacqua, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Wille Vargas Vacafior e María Elena García de Baccino (Bolívia), Afonso José Sena Cardoso e Michel Arslanian Neto (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Favio Tarsetti Quezada (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), José Joaquín Alvarez Portela (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva, Luz María da Mora Sánchez e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Beleván Mc Bride e Carlos Vallejo Martell (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muineló e Mariela Crosta (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Carlos Alvarado (Costa Rica), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Luis Ramón Ortíz (Honduras), Vasile Macovei (Romênia), Igor Romanchenko (Rússia), Arnaldo Chibbaro (IICA) e Martín Santiago (PNUD).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

Comitiva Oficial: José Antonio Moreno Riffinelli, Ministro das Relações Exteriores, Euclides Acevedo, Ministro da Indústria e Comércio, Luis Guanes Condra, Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Senadores, Mario Paz Castaing, Senador Nacional.

Convidados do Corpo Diplomático e convidados especiais.

PRESIDENTE. Boa tarde. Damos início à 794ª. Sessão, Solene e Extraordinária, do Comitê para receber o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Doutor Luis Angel González Macchi.

Excelentíssimo Presidente da República do Paraguai, Senhor Dr. Luis Angel González Macchi, Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador José Antonio Moreno, Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Euclides Acevedo, Excelentíssimo Senhor Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Senadores do Paraguai, Luis Guanes Condra, Excelentíssimo Senhor Senador Nacional do Paraguai, Mario Paz Castaing, Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Didier Operti, Excelentíssimos Senhores Representantes Permanentes dos países-membros, Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral da ALADI, Senhores Secretários- Gerais Adjuntos, Senhores Representantes de Países e Organismos Observadores, senhoras e senhores, sua visita a esta Casa da Integração Latino-Americana se produz uma semana depois da realização da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros de Relações Exteriores da ALADI e é para este Comitê de Representantes sumamente grato ressaltar, nesta ocasião, as Resoluções

55 (XII) e 56 (XII), do Conselho, referentes, respectivamente, às medidas para fortalecer o papel da ALADI como principal âmbito institucional da integração regional e à participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no processo de integração.

Em momentos de crise e incertezas como as que estão vivendo a América Latina e outros países do mundo, por diversas razões e circunstâncias, é reconfortante poder comprovar que instituições como a ALADI e seus órgãos competentes foram capazes de assumir um papel que com realismo e pragmatismo estabelecem as bases para tentar dar uma resposta criativa e positiva aos desafios que enfrentam nossos países no contexto da economia internacional.

Senhor Presidente, permita-me destacar os aspectos fundamentais destas duas resoluções que acabo de mencionar. Em primeiro lugar, o Conselho de Ministros, através de sua Resolução 55 (XII), encomendou ao Comitê de Representantes da Associação que “apresente um relatório a sua próxima reunião, que contenha, entre outros, bases de um programa para a conformação progressiva de um espaço de livre comércio para o interior da ALADI, na perspectiva de alcançar o objetivo previsto no Tratado”, que não é outro que criar um mercado comum latino-americano.

Os órgãos políticos da Associação e os Representantes de cada um dos países-membros somos conscientes das dificuldades e enormes desafios que implicará para a Instituição enfrentar esta decisão do Conselho de Ministros. Não obstante, sabemos também que nesta hora da América Latina a pior ação é a inação. Sabemos que devemos enfrentar as dificuldades que as diferenças estruturais de nossos países apresentam há muito tempo ao processo de integração latino-americano. Sabemos, também, que devemos enfrentar as influências externas, que são muitas, que muitas vezes inibem ou limitam nosso acionar. Porém, sabemos também que é um imperativo iniciar, em meio destas turbulências, o caminho certo de aprofundar com decisão e vontade a integração da região.

Por outro lado, Senhor Presidente, em sua Resolução 56 (XII), o Conselho de Ministros reconheceu a imperiosa necessidade de que os órgãos políticos da Instituição e a Secretaria-Geral se dediquem à tarefa inadiável de facilitar o acesso ao mercado regional dos produtos originários dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Este mandato, que se inscreve na própria essência do Tratado de Montevideu 1980, não faz outra coisa que reconhecer que é um imperativo do processo de integração, no qual estamos empenhados, reduzir as assimetrias existentes entre seus membros com o objetivo de alcançar uma equitativa reciprocidade de benefícios.

Embora em um contexto diferente, desejo referir-me à Cúpula dos países-membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile, realizada em Buenos Aires e na qual, como não podia ser de outra maneira, os países-membros desse esquema sub-regional de integração, ao mais alto nível político, expressaram sua solidariedade com o povo e o Governo da República Argentina frente à difícil situação pela que atravessa esse irmão país e, ao mesmo tempo, adotaram decisões sobre o andamento desse processo de integração, que não faz outra coisa que reafirmar, por cima da conjuntura adversa, que a vontade da América Latina é integrar-se.

Desde esta Casa cumprimentamos, com enorme beneplácito, as decisões adotadas na Cúpula Presidencial de Olivos, da mesma maneira que o fazemos com

os outros esquemas sub-regionais de integração, como a Comunidade Andina e outros empreendimentos nos quais estão imersos todos os países-membros da ALADI.

Senhor Presidente, sua visita nos anima e nos conforta, serve-nos de estímulo para continuar trabalhando na tarefa que nos encomendaram nossos Governos e, ao mesmo tempo, constitui um apoio necessário àqueles que temos a missão de construir, pouco a pouco, a integração latino-americana.

Para finalizar, desejo expressar a Vossa Excelência nosso reconhecimento pelo trabalho desempenhado por seu Representante Permanente, o Embaixador José María Casal, que cumpre essa nobre missão, tendo como guia dois grandes ideais: o serviço a seu país e à causa latino-americana.

Senhor Presidente seja bem-vindo a esta, sua Casa.

- Aplausos.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Juan Francisco Rojas Penso.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Senhores Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, Senhor Presidente da Corte Suprema de Justiça e Senhor Presidente do Congresso Nacional do Paraguai, membros da Comitativa Oficial, Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai e Presidente do Conselho de Ministros da ALADI, Senhor Presidente e demais membros do Comitê de Representantes, Senhores Representantes dos Países e Organismos Observadores, Honorável Corpo Diplomático, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, funcionários da Secretaria-Geral, amigos todos, em nome da Secretaria-Geral lhes dou as mais cordiais boas-vindas a nossa Sede.

Sua visita se realiza em um momento muito especial do processo de integração regional. A dinâmica do relacionamento de nossos países adquiriu, nos últimos tempos, proporções poucas vezes vistas, e seus resultados não puderam ser mais frutíferos. Adicionalmente, aos freqüentes encontros presidenciais se somam reuniões de ministros de diferentes carteiras, cujo propósito é impulsionar e fortalecer o processo de integração na região. Prova disso, também, foi a recente Reunião de nosso Conselho de Ministros, na qual foram aprovadas duas resoluções de particular significação para o futuro da Associação.

No contexto do profundo processo negociador que envolve todos os países membros da ALADI, a partir da abertura unilateral de suas economias, procuram aprofundar suas relações comerciais entre si e com países de extrazona, bem como a ampliação da cobertura temática de seus acordos. Como resultado disso, em um horizonte temporário que nos coloca perto do ano 2007, esperamos contar com um amplo espaço de livre comércio. Para esse momento espera-se, igualmente, ter atingido níveis crescentes de compromissos e acordos em matérias tais como os investimentos e o comércio de serviços que, entre outros temas, integram uma nova agenda da integração.

Outrossim, de forma paralela às negociações intra-regionais, os países-membros da ALADI estão imersos em negociações com os demais países do hemisfério, destinadas a criar a Área de Livre Comércio das Américas. Ao mesmo tempo, estão negociando no âmbito da Organização Mundial do Comércio, entanto que vários países, incluindo o seu, estão negociando com a União Européia.

Este panorama, Senhor Presidente, mostra-nos uma região ativa, apesar da difícil conjuntura econômica que agora enfrenta. A ALADI não está alheia a este processo. As recentes decisões do Conselho de Ministros da Associação nos permitirão alcançar estágios superiores de integração e, desta forma, estabelecer as bases para a constituição do Mercado Comum Latino-Americano, objetivo fundamental do Tratado de Montevideu 1980.

Neste contexto têm especial participação os países de menor desenvolvimento econômico relativo, que, como o Paraguai, demonstraram sempre grande vocação integracionista, apesar das diferenças e assimetrias existentes entre os diversos países e das dificuldades que devem enfrentar para acompanhar este processo.

Senhor Presidente, a Secretaria-Geral conta com uma divisão encarregada especificamente de apoiar a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Não obstante as limitações de nossos recursos e a amplitude das demandas, fazemos o possível para apoiar de forma eficiente e efetiva estes países, colaborando com seus organismos especializados na superação dos problemas estruturais que limitam sua participação no processo de integração.

Embora reconheçamos os importantes avanços, tanto quantitativos como qualitativos no inter-relacionamento dos países-membros, é justo também salientar que os benefícios se concentraram em poucos deles, contribuindo a agudizar as assimetrias entre o grau de desenvolvimento dos mesmos, distanciando ao mesmo tempo as possibilidades de promover uma maior complementaridade entre eles. A persistência das assimetrias se torna ainda mais acuciante em um contexto marcado pelo crescimento e pela difusão das tecnologias da informação e das comunicações.

Fundamentados neste raciocínio, e a instâncias do Representante de seu país, o Embaixador José María Casal, filho dileto desta casa, fizemos entrega hoje pela manhã do "Plano Nacional de Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Paraguai". Este plano foi elaborado por esta Secretaria-Geral no âmbito do Sistema de Apoio em favor de seu país e implicará um investimento de 410 milhões de dólares em 4 anos, para o qual estamos dispostos a apoiar os esforços nacionais requeridos para sua colocação em andamento.

Senhor Presidente, sua visita nos honra e nos orgulha, mostrando-nos o interesse de seu Governo por impulsionar a integração regional, traduzindo-se para a Secretaria-Geral em um estímulo para duplicar esforços a fim de apoiar, da melhor forma, a ação integradora de nossos países.

Muito obrigado.

Caraí Mburuvichá:

Che rera pe, ha coa, co Integração rógape romba'apóva, roeeruré Ñanderuvusúpe tombohende nde rapé, ikatú haguãicha eohaihupápe toicové Paraguai.

Agüieveté ndeve Carai Paraguai Mburivichá.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI (Luis Angel González Macchi). Senhor Chanceler, Ministro das Relações Exteriores da irmã República Oriental do Uruguai, Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhores Embaixadores Representantes dos países-membros, Senhores Representantes de Países e Organismos, Senhor Secretário-Geral, senhoras e senhores, em primeiro lugar, desejo expressar aos senhores meu beneplácito pela oportunidade de visitar a sede, tão famosa, da Associação Latino-americana de Integração e pela possibilidade de transmitir-lhes a visão atual do Governo do Paraguai sobre o processo de integração regional e compartilhar nossas idéias e preocupações com os distintos Representantes de países-membros e altos funcionários desta Organização.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, o longo caminho da integração regional, que se inicia em 1960 com o primeiro Tratado de Montevideu, transcorreu através de diversos cenários políticos e econômicos regionais e de diferentes realidades da economia internacional.

As instituições da integração souberam adequar-se a essa mudança e transformar-se da ALALC original, que administrava uma zona de livre comércio multilateral, a um sistema complexo no qual coexistem múltiplas organizações e mecanismos que permitiram materializar a integração possível –que é resultado da ação dos Governos e atores sociais e econômicos sobre as condições objetivas imperantes em cada momento, e que deverão continuar transformando-se para aprofundá-la e consolidá-la.

No entanto, a evolução do processo foi preservar o objetivo final do desenvolvimento econômico e social, harmônico e equilibrado da região, o qual, juntamente com a capacidade de adaptação às mudanças no contexto regional e global, determinou que a integração regional e sub-regional se mantivesse como um componente básico da estratégia de desenvolvimento e inserção de nossos países na economia global.

Não deve deduzir-se da consideração anterior que os países e as instituições da integração mantiveram unicamente uma posição reativa frente às transformações no contexto de atuação. Pelo contrário, foram agentes de transformação e contribuíram decisivamente a modelar a realidade de hoje, que se a comparamos com a de 1960, mostra um crescimento notório dos vínculos políticos sociais e econômicos inter-regionais no contexto das relações internacionais dos países-membros.

Na última década, a integração regional enfrentou o que talvez foi até o momento o maior desafio: a abertura das economias da região e a globalização da economia internacional. A teoria e a prática da integração inicial, e que prevalece até a segunda metade da década de 80, baseava-se em uma abertura administrada e recíproca de economias protegidas, que gerava efeitos combinados de substituição e de criação de comércio, que ao mesmo tempo impulsionavam diversas linhas de ação em matéria de cooperação, harmonização de políticas e aprofundamento da complementação das economias. Os mecanismos comerciais da integração se

centralizavam na geração de preferências tarifárias e não-tarifárias entre os países-membros, mantendo a proteção perante terceiros países.

A abertura global das economias determinou a necessidade de definir uma nova estratégia de integração e busca de mecanismos complementares, ressaltando a incidência de fatores que sempre estiveram presentes –tais como as condições e custos de transporte, a disponibilidade de infra-estrutura ou a vizinhança entre os centros de produção e consumos- na orientação do intercâmbio.

Cada vez há menos espaço para uma integração baseada na proteção dos mercados, que conduz a um intercâmbio de ineficiências, e cada vez mais é necessário que a integração contribua para facilitar a inserção dos países-membros na economia global. Nas conjunturas adversas que enfrentamos, e enfrentaremos no futuro, devemos descartar a tentação do retorno ao protecionismo e buscar nos mecanismos de integração a atenuação de seus efeitos e o impulso para o crescimento para dentro da região.

Ao mesmo tempo, a evolução da economia internacional e o progresso da tecnologia determinaram que junto com a produção e o comércio de bens se tenham instalado solidamente a geração e o intercâmbio de serviços e a exploração do conhecimento e a informação, como características distintivas da nova economia.

No momento de sua criação, a ALADI foi uma resposta à necessidade de dinamizar o processo de integração, limitado pelo multilateralismo da ALALC. Nos últimos anos, a ALADI desenvolveu um enfoque de seu papel no sistema de integração regional que combina vontade e realismo, e que se reflete em uma renovação em sua agenda, onde ganharam espaço, juntamente com a abertura e acesso aos mercados, as negociações para melhorar as condições de vinculação econômica com os Estados Unidos e a União Européia, a cooperação técnica e econômica nas áreas prioritárias para os países-membros e a participação na economia do conhecimento. As resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministros na reunião que acaba de concluir refletem esse enfoque.

As decisões adotadas sobre a constituição progressiva de um espaço de livre comércio para dentro da ALADI, o estabelecimento das normas comuns necessárias para facilitar e regular o intercâmbio inter-regional e a promoção de ações de cooperação na área de transporte, infra-estrutura e logística apontam a duas questões especialmente relevantes para a integração regional: a necessidade de consolidar o mercado regional como mercado ampliado, no momento em que boa parte dos países-membros se está envolvendo, sob diversas formas, em negociações com os Estados Unidos e a União Européia, e o reconhecimento do papel determinante que tem nos vínculos econômicos uma série de fatores que unem ou separam os centros de produção e consumo, tais como a vizinhança, as condições e custos de transporte e a disponibilidade de infra-estrutura.

Por outro lado, também devem ser destacados os esforços realizados e que deverão ser aprofundados para modernizar e tornar eficiente, ou mais eficiente, a gestão da Secretaria-Geral, otimizar a aplicação dos recursos disponíveis e concentrar sua atividade nas matérias de interesse prioritário dos países-membros.

Pelas considerações anteriores, hoje devo afirmar, mais uma vez, o apoio do Paraguai a uma definição do papel da ALADI, que enfatize sua participação na negociação de acordos regionais e parciais e a regulação do comércio, na promoção

da cooperação econômica nas áreas que os países membros consideram prioritárias, no debate e intercâmbio de idéias entre os países-membros em matéria de comércio e integração, no apoio às negociações econômicas dos países-membros com os Estados Unidos e a União Européia, na geração e difusão de informações para apoiar a gestão dos Governos e os atores sociais e econômicos vinculados ao processo de integração e na cooperação técnica para atender os requerimentos dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, senhoras e senhores, apesar dos esforços realizados, o Paraguai não pôde alcançar as condições que lhe permitam aproveitar a ampliação dos espaços econômicos, que são as mesmas que afetam seu desenvolvimento e determinam a vulnerabilidade de sua economia. Não obstante, continuamos vendo na integração, no âmbito do MERCOSUL e da ALADI, a principal ferramenta externa para apoiar as transformações internas que serão as que, em definitivo, colocarão o país no caminho do crescimento permanente e do desenvolvimento social e econômico, porque para o Paraguai, por múltiplas razões, a integração e o desenvolvimento se condicionam reciprocamente e não se poderá alcançar um sem a outra.

Junto com a busca do fortalecimento dos mecanismos que permitam o avanço e sua consolidação através da ALADI na geração e crescimento do comércio e a complementação de nossas economias, e nesse mesmo contexto, o Paraguai deseja deixar claramente estabelecidas três expectativas prioritárias para sua participação na ALADI e no MERCOSUL:

- Em primeiro lugar, o acesso seguro e estável aos mercados dos países-membros, para os bens e serviços que o Paraguai pode exportar na atualidade ou possa incorporar em sua oferta no futuro. Esta es uma condição necessária para a geração e a manutenção das correntes de comércio e para a manutenção da produção nacional, na qual ele se baseia. Não é suficiente a eliminação das tarifas e das restrições não-tarifárias convencionais; é necessário resolver as situações derivadas de diversas medidas de caráter burocrático ou técnico, que obstaculizam o retardam o acesso real dos produtos aos mercados de destino e relativizam a efetividade da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias.
- Em segundo lugar, a promoção da cooperação e complementação para fortalecer as áreas mais fracas da gestão da economia, para atenuar os efeitos das assimetrias e para desenvolver projetos bi ou multinacionais, orientados a resolver os problemas de infra-estrutura que suporta o Paraguai e que têm efeitos relevantes sobre a competitividade nacional. Grande parte destas ações deverá concretizar-se nos planos bilaterais ou sub-regionais, mas a ALADI deverá criar programas de promoção e facilitar a realização das tarefas básicas e preparatórias.

Este é um tema crucial para o Paraguai; algumas das condições estruturais que caracterizam as assimetrias, como é, fundamentalmente, a situação geográfica e seus efeitos sobre o custo e eficiência dos sistemas de transporte, constituem vantagens relevantes para o acesso da produção dos países limítrofes ao mercado paraguaio, na mesma medida em que afetam negativamente a competitividade da economia do Paraguai e, conseqüentemente, a possibilidade de colocar seus produtos nos mercados regionais e internacionais.

Esta consideração não deve ser interpretada, de forma alguma, como uma reclamação, mas como constatação de uma realidade. Realidade, por outro lado, que, pela natureza dos fatores que a determinam, não poderá ser modificada pela ALADI nem pelos países-membros. Por essa mesma razão, a cooperação que permita ir neutralizando os efeitos das assimetrias estará contribuindo eficazmente a melhorar a competitividade e, através dela, as condições para o desenvolvimento social e econômico do Paraguai.

- Em terceiro lugar, a cooperação técnica da ALADI aos países de menor desenvolvimento econômico relativo que, apesar da limitação dos recursos aplicados, mostrou ser eficaz. Como até o momento se deverá pôr ênfase no efeito multiplicador desses recursos, buscando que sua aplicação permita mobilizar para os mesmos objetivos as capacidades nacionais e as contribuições de outras organizações e países.

Ao afirmar estas prioridades, devo destacar que na reunião do Conselho de Ministros os países-membros adotaram as Resoluções 52 (XII) e 54 (XII) que as contemplam, de alguma maneira, ao reiterar a vontade de fazer maiores esforços para melhorar o aproveitamento, por parte dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, das preferências e benefícios acordados no âmbito do Tratado de Montevideu de 1980 e sua participação no comércio inter-regional, e destacar a relevância da segurança e estabilidade de acesso dos produtos originários dos PMDERs aos mercados da região. Outrossim, é também auspiciosa a decisão de promover as ações tendentes a apoiar os países-membros no desenvolvimento do transporte, infra-estrutura, logística e integração física.

Na medida em que as expressões de vontade se concretizem em compromissos, mecanismos ou ações da Associação e dos países-membros, estaremos revitalizando o sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, sobre bases pragmáticas e consistentes com a orientação e realidade do processo de integração regional e da ALADI.

O desenho das soluções operacionais e institucionais corresponde a técnicos e peritos da ALADI e dos países-membros, cujo trabalho deve estar respaldado por um decidido apoio político para sua implementação, responsabilidade que recai sobre nós, os governantes.

Por último, Senhor Presidente, distintos Representantes, Senhor Secretário-Geral, até agora pudemos provar que objetivos e metas, qualificados de ambiciosos ou difíceis, podem obter-se quando se encaram, de forma progressiva, apoiados por uma firme vontade e uma vigorosa decisão dos governantes e vão se ajustando aos requerimentos do contexto de atuação. O MERCOSUL, a Comunidade Andina e, especialmente, a profunda transformação, quantitativa e qualitativa, das relações econômicas entre os países-membros são prova disso.

De fato, o processo de integração não pôde alcançar o ideal do mercado comum latino-americano, concebido em termos ortodoxos. Mas, no esforço para alcançá-lo gerou mecanismos e instrumentos capazes de contribuir para um desenvolvimento mais acelerado e para um maior bem-estar. Isso depende dos esforços nacionais para criar condições para a exploração desses instrumentos e mecanismos e do respeito de todas as partes pelos compromissos assumidos, não somente em sua letra, mas também em seu espírito.

O futuro do processo de integração deve estar conduzido por uma visão que combine a preservação dos objetivos de desenvolvimento econômico e social, harmônico e equilibrado, a vontade dos Governos e a apreciação realista do contexto regional e global, para poder avançar e consolidar a formação de um espaço econômico regional, compatíveis com a abertura internacional de nossas economias.

Devem fazer parte dessa visão, entre outros elementos: o reconhecimento das assimetrias e da necessidade de atenuar seus efeitos, o compromisso dos empresários e de outros atores sociais na busca e implementação de mecanismos que garantam a integração da produção e comercialização entre nossos países, o papel que devem cumprir os Estados na luta pela competitividade, a incorporação à economia do crescimento e a geração ou captação dos recursos necessários para financiar os processos de transformação interna e os projetos de desenvolvimento de infra-estrutura.

A condução do processo é uma tarefa coletiva, na qual todos os países-membros devem participar ativamente e sentir que seus interesses estão contemplados. Nesse sentido, foi e será importante sentir que os maiores países da área se comprometem na condução do processo e na busca e aplicação de soluções aos problemas compartilhados.

Mais uma vez, agradeço esta brilhante oportunidade de compartilhar estes pensamentos com os senhores, convencido de que o produtivo trabalho desta Organização continuará beneficiando todos seus membros.

Finalmente, desejo expressar nosso beneplácito pela reeleição do Embaixador Juan Francisco Rojas como Secretário-Geral da Associação e desejar-lhe muitos êxitos em sua nova gestão.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Presidente. Agora faremos entrega de uma bandeja de recordação da sua visita e também o convidamos a assinar o Livro de Visitas Ilustres. Procedemos à entrega de uma pequena bandeja que lhe permita recordar a visita a esta Casa.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI (Luis Angel González Macchi).
Faço entrega de um quadro. É um Taei florido, típico paraguaio.

- Aplausos.

O Senhor Presidente e o Senhor Ministro das Relações Exteriores, assinam o Livro de Visitas Ilustres.

PRESIDENTE. Convido os Senhores Representantes Permanentes para uma fotografia com o Excelentíssimo Senhor Presidente, como lembrança de sua visita.

Encerra-se a sessão.

